



PROJETO DE LEI N.º 8.539, DE 2017

(Do Sr. Heuler Cruvinel)

Dispõem sobre a obrigatoriedade de todos os assentos do transporte coletivo ser preferenciais e da outras providencias.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-3602/2015.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º Todos os assentos dos veículos do transporte coletivo urbano, metropolitano e rural, passam a serem preferenciais a idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, mulheres grávidas, mulheres com crianças de colo e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- § 1º Às pessoas com obesidade mórbida cuja condição física as impeça de ocupar confortavelmente um único assento serão obrigatoriamente lhe garantido 2 (dois) assentos contíguos.
- § 2º Na ausência de usuários preferenciais indicados no caput deste artigo, os assentos serão livres para utilização dos demais usuários.
- Art. 2º As empresas deverão afixar avisos nos veículos, informando sobre esta Lei.
- Art. 3º As empresas que não fazem cumprir a presente Lei será multada em dez salários mínimos por ocorrência.
- Art. 4º Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.
 - Art. 5º Revogam as disposições em contrario.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto Lei visa garantir aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, mulheres grávidas, mulheres com crianças de colo e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, os assentos dos veículos do transporte coletivo urbano, metropolitano e rural.

A atual realidade de pequena parcela dos assentos dos veículos do transporte coletivo urbano, metropolitano e rural não ser o suficiente, ocorrendo uma explosão de propositura legislativa municipais, estaduais e distrital, desta forma fazse necessário um diploma federal para normatizar a necessidade em tela.

Infelizmente a exemplo do estatuto do idoso somos obrigado a positivar tal medida para garantir a presteza da educação e da compaixão humana, diante das dificuldades dos outros, buscando a harmonia em sociedade.

Diante do exposto, peço apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para a aprovação deste projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 2017.

Deputado Federal HEULER CRUVINEL

FIM DO DOCUMENTO